

NOTÍCIAS DAS MISSÕES DE MOXOS: RELATOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII (1722 – 1752)

João Antonio Botelho Lucidio¹

Em 1722 o que chamamos de Brasil era uma colônia do Império Português e, do ponto de vista administrativo, era dividido em dois Estados. Ao sul o Estado do Brasil, com sede, na Bahia e ao norte o Estado do Maranhão e Grão Pará, que foi gerido primeiro de São Luis e depois de Santa Maria do Belém do Pará. Lembrar este fato, pouco referenciado pela historiografia contemporânea, nos permite mensurar melhor a extensão e complexidade da rede de ações do Estado Português na América.

1722 foi o ano em que se deu início à formação do núcleo minerador que levou o nome de Senhor Bom Jesus do Cuiabá, ainda que oficialmente a data de fundação do Arraial seja 1727 – e atribuída ao conjunto de ações do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes. 1722 foi, também, o ano da viagem de Francisco de Mello Palheta pelo rio da Madeira até encontrar com as missões dos Padres da Companhia de Jesus em terras conquistadas por Espanha na América. Enquanto o primeiro episódio liga-se ao Estado do Brasil, o segundo foi emanado do Estado do Maranhão e Grão Pará.

Por motivos ainda pouco discutidos e explicados a maior parte dos estudos de caráter histórico sobre o Mato Grosso no período colonial optou por um recorte que privilegiava as ações e a interação entre o Cuiabá e o Estado do Brasil, através de São Paulo. Pouca atenção era dada às ações protagonizadas a partir do Estado do Maranhão

¹ Professor do Departamento da História da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em História pela Universidade Nova de Lisboa – Portugal.

e Grão Pará. Nos últimos anos, graças aos esforços encetados no âmbito do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, estas abordagens históricas estão sendo revisitadas. A comunicação que ora se apresenta se inscreve nesta última vertente.

Os documentos eleitos como basilares para esta reflexão já foram publicados, seja no Brasil ou em Portugal e deles há cópias manuscritas em ambos os países. No Brasil a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos) e na Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Em Lisboa a pesquisa centrou-se na Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino.

São quatro os relatos de viagem às Missões de Moxos na primeira metade do século XVIII. Duas das viagens saíram do Estado do Maranhão e Grão Pará e outras duas foram de iniciativa dos moradores das minas do Cuiabá e Mato Grosso, Capitania de São Paulo, Estado do Brasil. Além dos relatos de viagens há um volume razoável de correspondências trocadas entre os representantes do Estado português na colônia Brasil, seja com o Rei, seja com o Conselho Ultramarino².

A primeira das narrativas informa sobre uma viagem de descobrimento do rio da Madeira realizada entre os anos de 1722 e 1723, comandada por Francisco de Mello Palheta. Até 1884 o documento era conhecido de poucos. Capistrano de Abreu teria sabido de sua existência por uma cópia exposta sob o nº 19621 durante a Exposição de História e Geografia do Brasil da Biblioteca Nacional – RJ (1872). Segundo ele o documento fazia parte de uma coleção de manuscritos doados à Biblioteca Nacional pelo livreiro João Ribeiro Martins sob o seguinte título: ‘*Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes... desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723*’³. Capistrano informava ainda que tal cópia derivava de um exemplar manuscrito existente na Torre do Tombo, em Lisboa, no ‘tomo I dos Papeis vários’.

Alguns anos se passaram e, desde 1740, encontramos um conjunto de documentos que atestam as pretensões de renóis e paulistas, ra-

2 Parte desta documentação foi publicada recentemente por: CANAVARROS, Otávio; DOURADO, Nileide Souza; MACEDO, Vera Lúcia; e MORGADO, Eliane M. O. (Orgs.) Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746). Cuiabá, EdUFMT / Entrelinhas, 2007.

3 Segundo Basílio de Magalhães (1944, 304) o título completo do documento é: “*Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do Senhor João da Maia da Gama do Conselho de Sua Majestade, que Deus Guarde, seu Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, cuja viagem se fez no ano primeiro de seu governo: e se gastou nella desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte e dois até 12 de Setembro de mil setecentos e vinte e tres*”.

dicados nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, de se aproximarem das Missões de Chiquitos e de Moxos. A segunda narrativa trata da viagem Guaporé abaixo desde o ‘Porto da Pescaria’ no rio Sararé até a cidade de Belém do Pará, ocorrida no ano de 1742. O relato mais conhecido que dela ficou é: “Verdadeira notícia que deu Francisco Leme do Prado, do que passou, e experimentou na viagem que fez destas minas do Mato Grosso pelo rio abaixo as missões dos padres da companhia do reino Castela a quem chama moxos, cujas terras pertencem a província da cidade de Lima, indo por companheiros, Manuel Felix Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira d’Assunção, Manuel de Freitas Machado, Matheus Correa Leme e João dos Santos Berne”, paragens por onde não consta andasse pessoa portuguesa⁴”.

É interessante notar que o relato acima indicado trata apenas da parte do trajeto realizada junto a algumas das Missões em terras de Espanha. A dita expedição conheceu fama por que um pequeno grupo comandado por Manuel Felix de Lima⁵, conseguiu chegar ao Pará. Dessa segunda parte da viagem tem-se poucas informações, ainda que o feito tenha tido repercussões significativas na Corte, que os mandou recolher presos à cidade de Lisboa. Um dos historiadores responsável pela divulgação do feito de Manuel Felix de Lima foi Robert Southey (1862). Esse autor explicita que sua narrativa foi construída: “De dois manuscritos que possuo, tirei a relação desta expedição memorável. Um é do mesmo Manoel Felix, escrito de seu próprio punho... talvez não exista segundo exemplar. O outro contém os depoimentos tomados aos que voltaram ao arraial pelo ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira” – documento cuja cópia foi publicada por várias instituições no Brasil e do qual existe manuscrito no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

Do ano de 1743 é a terceira das narrativas, que são as “Informações sobre as Missões dos Moxos, dos jesuítas espanhóis mandada tomar por ordem do Ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas ali idos⁶”. Deste mesmo documento existe cópia manuscrita no Arquivo Histórico Ultramarino com o título: “Informações reunidas pelo ouvidor João Gonçalves Pereira sobre as missões dos padres da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela”,

4 Deste documento existem muitas cópias manuscritas e o mesmo foi, também, publicado muitas vezes.

5 O grupo seria composto por mais dois reinóis: Joaquim Ferreira Chaves e Manoel de Freitas Machado. Os relatos de época, entretanto, incluem ainda um quarto nome, o de Vicente Ferreira de Assunção.

6 Pereira, João Gonçalves. Informações sobre as primeiras expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 39).

datado de 20 de setembro de 1743. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também possui cópia manuscrita do mesmo documento, que foi publicado em diversas ocasiões, entre outros por Jaime Cortesão em Alexandre de Gusmão em o Tratado de Madrid, Parte III, Tomo II, pp. 64 a 80.

A quarta e última das narrativas encontradas trata de uma expedição que saiu da cidade de Santa Maria do Belém do Pará no ano de 1749 rumo às minas do Mato Grosso. A mesma era comandada pelo Sargento Mor Luiz Fagundes Machado e dela fazia parte como piloto Antonio Nunes de Souza⁷, além do mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, que nos deixou dois escritos. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontramos cópias dos citos escritos com os seguintes títulos: “Descrição da situação de Mato Grosso, o descobrimento de Minas e estabelecimentos de seus arraiais, escrita por José Gonçalves da Fonseca, baseado em mapas e escritos antigos. Pará, 1752. 36 f. Original Manuscrito⁸”; e “Navegação do rio Madeira principiada em 25 de setembro de 1749. (1749). [S.l.], 1749. 264 p. Consta na Lombada: Navegação do Rio da Madeira. Possui um mapa no final do códice. Original. Manuscrito”. Ambos documentos já foram publicados.

A nós interessa em particular o segundo documento. Sua importância parece ter sido muito grande e foi amplamente divulgado à época em que foi escrito. Só na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existem mais duas cópias manuscritas, em coleções diferentes. Em meados do século XVIII, quando o Conselho Ultramarino pensou em retomar a navegação oficial do Madeira, enviou aos Governadores e Capitães Gerais do Pará, Francisco Pedro Mendonça Gorjão, e do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, cartas com cópias de partes daquela viagem⁹.

No século XIX esse documento recebeu duas edições. A primeira intitula-se “Navegação Feita da Cidade do Grão-Pará até a Bocca do

7 Antonio Nunes de Souza nos deixou um pequeno diário dessa viagem intitulado “(de) Rota da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Mato Grosso”. [S.l.] 20/12/1750. 16 p. Cópia Ms, que está sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esse documento foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXI.

8 Foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37; e Pereira, João Gonçalves. Notícias da Situação de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 22).

9 “Coutinho, Marco Antônio de Azevedo, Carta ao governador do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, sobre a navegação pelo Rio Madeira, ligando Pará ao Arraial de Mato Grosso, e não pelo Rio Tapajós, por causa das cachoeiras, e descrição da viagem pelo Rio Madeira em 25/09/1749. Lisboa 00/09/1748. 56 f. Cópia Manuscrita”; e “Carta do Secretário de Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho para o governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade. Consulta sobre a navegação pelo rio Madeira. Lisboa, 15 de setembro de 1748”.

Rio da Madeira pela escolta que por êste rio subiu às Minas de Matto Grosso, por ordem mui recommendada de Sua Majestade Fidelíssima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo ano”, publicado na Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portugueses ou lhe são vizinhos, pela Academia Real das Ciências, tomo IV, Lisboa, 1826. A segunda publicação, feita no Brasil, só ocorreria cerca de cinqüenta anos depois sob o título: “Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão cujo territotio comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas. Colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, tomo II. Rio de Janeiro, Nova Typografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874, organizada por Candido Mendes de Almeida.

Considerando a exigüidade e o volume de informações contidas nos quatro relatos de viagem acima indicados, optamos, neste artigo, em nos atermos apenas ao primeiro deles: a viagem de descobrimento oficial do rio da Madeira comandada por Francisco de Mello Palheta ocorrida entre os anos de 1722 e 1723.

Capistrano de Abreu o publicou na Revista Gazeta Litteraria, em outubro de 1884, sob o título: ‘*A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um de seus companheiros*’. O mesmo documento foi republicado em ‘Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil’. O autor nutria uma simpatia especial por Francisco de Mello Palheta, na edição da Revista Litteraria justifica a necessidade de divulgação do documento na esperança de que ‘*se achassem outros documentos sobre estas e outras bandeiras de Palheta, que torne possível escrever a biographia do introductor do café no Brasil*’.

Nas considerações que teceu, Capistrano, num arroubo de exagero, afirmou que aquela não era a primeira viagem de Mello Palheta pela Amazônia como representante das autoridades constituídas no Estado do Grão Pará e Maranhão, o que é correto, e sugere que o mesmo tenha vindo às minas do Cuiabá, o que já é mais improvável. Todavia, é certo, que Mello Palheta, militar¹⁰, teve suas ações na América direcionadas pelo Estado português.

Um fato curioso é que um dos mais profícuos estudiosos da Amazônia colonial, Arthur César Ferreira Reis, pouca atenção tenha

10 Paulo Pitaluga C. e Silva, em seu *Dicionário Biográfico Mato-Grossense* (2005, p. 180), informa que Francisco de Mello Palheta nasceu na Capitania do Grão Pará, em 1760 e foi militar de carreira. Sabe-se de sua participação em três grandes expedições a serviço do Estado: em 1691 fez parte da expedição que reconduziu o padre Samuel Fritz, pelo Amazonas, até às terras do Peru; em 1722/23 comandou a expedição ao rio Madeira; e, cerca de quatro anos depois (1727) foi mandado à Guiana Francesa – de onde teria trazido mudas e sementes de caféiro.

dado aos escritos que derivaram das ações de Mello Palheta no rio Madeira¹¹. No tomo II de Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira ele faz uma breve referência a essa viagem. Basílio de Magalhães, contemporâneo de Arthur César, deu-lhe algumas páginas em *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1935); e, na obra *O café – na história, no folclore e nas belas artes* (1939), a ele dedicou um capítulo inteiro em ‘Quem era Francisco de Mello Palheta, introdutor do cafeeiro no Brasil’.

Basílio de Magalhães começa por criticar autores como: Robert Southey¹² (1862, vol. V, 437), Antonio Ladislau Monteiro Baena¹³ (1839, 517) e João Severiano da Fonseca¹⁴ (1882, vol. II, 274), afirmando que suas análises são superficiais e que eles não teriam tido conhecimento do relatório da dita viagem exploratória comandada por Mello Palheta. Na seqüência faz um breve relato da mesma. Duas coisas chamaram-nos a atenção: primeiro ele indaga sobre os motivos do Governador e Capitão General João da Maia da Gama; e, segundo, ele não faz qualquer referência ao que foi visto e encontrado na Missão.

O estudo mais recente que faz uma análise da viagem de Mello Palheta ao Madeira é de André Ferrand de Almeida (2001)¹⁵. Ao discutir a formação do espaço brasileiro, este autor, na segunda parte de seu trabalho, ao tratar ‘a importância dos Tratados de Utreque na sua articulação com a expansão portuguesa no Brasil’, dedica um tópico à conquista do rio Madeira.

André Ferrand argumenta que o envio de Palheta ao rio Madeira não faz parte seja das iniciativas régias, seja das bandeiras particulares, e a inscreve como uma iniciativa do Governador e Capitão General João da Maia da Gama. Mesmo reconhecendo que tanto o rei como o Conselho Ultramarino eram favoráveis a uma aproximação maior com os súditos espanhóis, Ferrand, prefere recuperar um episódio ocorrido no espaço amazônico como o motivador das ações de João

11 Sobre as ações de Francisco de Mello Palheta a serviço do Estado português, Arthur Reis em *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, tomo I, publicou às páginas 226 a 234 uma cópia do Regimento dado pelo Capitão General João da Maia da Gama a Francisco de Mello Palheta, quando o mesmo foi encarregado de uma expedição de reconhecimento e vigilância contra os franceses no Cabo do Norte.

12 Southey, Roberto. *História do Brasil*. Tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro. Rio de Janeiro, 1862, 6 volumes.

13 Baena, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém do Pará, 1839.

14 Fonseca, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil – 1875-1878*. Rio de Janeiro, 1880-1881, 2 volumes.

15 Sobre as cópias manuscritas da viagem comandada por Francisco de Mello Palheta ao Madeira, André Ferrand, informa que: ‘embora tenha sido impossível localizar o manuscrito copiado na Torre do Tombo, encontramos um outro manuscrito da “Narração” da viagem de Palheta existente na Biblioteca Pública de Évora, Coleção Manizola, Códice 41-2’ (2001, 60).

da Maia da Gama¹⁶. Ao assim proceder o autor quer atribuir uma certa autonomia e iniciativa aos administradores coloniais. O que temos dúvidas se é aplicável ao caso da viagem de Mello Palheta. Mesmo por que a ação de João da Maia da Gama se estendeu, também, pelo alto sertão amazônico, na direção do rio Marañon.

Da sua perspectiva, Ferrand de Almeida, interessou-se em destacar os seguintes pontos do relato da expedição de Mello Palheta: o sentido da expedição; a tarefa de reconhecimento do rio – que em última instância indica o caráter estratégico e militar da expedição; e a receptividade dos jesuítas aos propósitos portugueses de estabelecer com eles relações de comércio. Procedendo a uma leitura mais crítica dos documentos que encontrou, ele defende uma interpretação mais desconfiada das fontes portuguesas.

Do nosso ponto de vista optamos por investigar que tipo de observações Francisco de Mello Palheta ou o Governador João da Maia da Gama mandou relatar na “Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do Senhor João da Maia da Gama do Conselho de Sua Majestade, que Deus Goarde, seu Governador e Capitam General do Estado do Maranhão, cuja viagem se fez no ano primeiro de seu governo: e se gastou nella desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte dous até 12 de Setembro de mil setecentos e vinte tres”.

Há um consenso entre todos que estudam o tema que um trecho bastante significativo do rio Madeira já era conhecido de muito pelos portugueses. Afinal, os próprios jesuítas ligados à Coroa Portuguesa, em 1714, já haviam fundado quatro missões ao longo do Madeira: Tupinambaranas, Canumã, Abacaxis e Andirases. Por sua vez André Ferrand defende, que é possível que antes da viagem comandada por Mello Palheta o padre João Sampaio tenha fundado a aldeia Santo Antonio das Cachoeiras, entre os rios Jamari e primeira cachoeira do Madeira. Da nossa parte defendemos que a aldeia tenha se iniciado no interregno em que a Expedição ficou estabelecida às margens do Madeira entre fevereiro e julho de 1723.

16 Ferrand de Almeida foi buscar as motivações de João da Maia da Gama numa carta dirigida pelo próprio Governador a D. João V, datada de 18 de fevereiro de 1724. Ali João da Maia justificaria ao rei que só agiu depois das notícias trazidas por uma bandeira que tinha ido ao Madeira em busca de índios para escravizar e que ali teriam encontrado, cerca de vinte dias de viagem rio acima, vestígios de cristãos. Na dúvida se eram espanhóis de Santa Cruz de La Sierra ou bandeirantes paulista era melhor averiguar. Ferrand indica que existem cópias da dita carta nos seguintes locais: Arquivo Histórico Ultramarino (Códice 269, fls. 261v. - 262); Biblioteca Pública de Évora (Códice CVX/ 2-15, n. 13); e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Seção de Manuscritos, 7-2-21 n. 279).

Da parte do Estado português um conjunto de medidas foi anunciado, não se sabe se implementadas, ainda na primeira metade do setecentos com vistas a ampliar ou assegurar os seus domínios pelos sertões do vale amazônico. A Provisão Régia de 05 de outubro de 1716 determinava ao Governador do Maranhão e Grão Pará, Cristóvam da Costa Freire, que providenciasse “uma relação do rio das Amazonas e das distancias em que ficam as Missões assim da cidade de Belém do Grão-Pará como de Quito; e que se declare se ha alguma demarcação feita natural ou ajustada por posse ou fato, por onde se separem os domínios de nossa parte e da de Castela”.

Seis anos depois dessa ordem régia, o Governador João da Maia da Gama, após ouvir o relato de um sertanista¹⁷ João de Barros da Guerra (?) que o informava da existência de cristãos através de uma povoação abandonada onde encontrou uma cruz e um altar, além de couros de boi e cabeças de carneiro, resolveu mandar reconhecer o rio da Madeira. Vale lembrar também aqui as ordens régias de 25 de março de 1722 em que o rei pedia informações sobre a localização de possíveis minas de prata na Amazônia e que distância elas ficavam das povoações espanholas. Assim, a 11 de novembro daquele ano saiu do porto da cidade de Santa Maria do Belém do Pará a flotilha comandada do por Francisco de Mello Palheta.

O trajeto a percorrer seria longo e foi feito por etapas. A primeira delas transcorreu pelo rio Amazonas onde os partícipes indígenas da expedição foram requisitados em algumas missões. Após entrar no rio da Madeira, a dois de fevereiro de 1723, viajaram por dezessete dias rio acima e resolveram montar arraial. Ali, com dificuldades de abastecimento, permaneceram até 10 de junho, ocasião em que receberam víveres de Belém. Por essa data retomaram a navegação e contava o grupo com *118 pessoas, sendo 30 de armas de fogo e 88 índios de frechar*. Começava a parte mais difícil da expedição que era transpor as cachoeiras do Madeira a primeira foi alcançada a 23 junho e a última transposta a 02 de julho. Já faltos de mantimentos um mês se passaria até chegarem à confluência do Mamoré com o Itenês (Guaporé). Subiram pelo Mamoré e logo encontraram indígenas cristianizados e, a oito de agosto, finalmente, chegaram à Missão ou Povoação de Santa Cruz de Cajuávas.

Como ditava os preceitos do bom viver, Mello Palheta, enviou primeiro um ‘embaixador’ para anunciar sua presença e solicitar au-

17 Segundo André Ferrand (2001, 62) essas informações encontram-se transcritas na carta régia de 18 de fevereiro de 1724, dirigida por D. João V ao Governador do Maranhão João da Maia da Gama.

torização para poder entrar na Missão. Segundo consta a narrativa foram muito bem recebidos. O que não é de causar nenhum espanto, afinal os portugueses apresentaram-se como ‘uma esquadra composta de 10 galeotas armadas em guerra, com infantaria e cravineiros afazer descobrimentos’, mas mesmo assim vinham em paz. Desprovidos de armas de fogo, ao Superior dos Jesuítas coube mandar buscar o Cabo da tropa afirmando que estimava a vinda dos portugueses ‘àquela povoação e que não só lhe mandava beijar os pés, mas oferecer-lhe para lhe obedecer em tudo’. Durante três dias ficaram hospedes naquele Colégio, como eles assim nominam a Missão.

Mais que as dificuldades e agruras do trajeto, interessa-nos investigar da narrativa aquilo eles disseram ter visto no interior da Missão. Causam curiosidade três fatos explícitos na narrativa: o alarido com que os índios os receberam; a visita de padres de missões vizinhas; o prazo limitado de estadia (três dias). Nos parece que havia um certo medo dos portugueses ou Mamelucos (paulistas) – velhos e violentos conhecidos dos Jesuítas. Documentos publicados pelo Pe. Pastells¹⁸ permitem afirmar que, meses antes de chegada do grupo vindo pelo Grão Pará, pleiteava-se autorização do Conselho das Índias para se ter em cada Missão armas de fogo, o que não havia ainda sido permitido. O que justificava o pedido era que os padres já percebiam vestígios da presença portuguesa próxima a seus domínios. Uma hipótese é que o grupo do Pará, num primeiro momento, tenha sido confundido com os temidos ‘mamelucos o portugueses de San Pablo’.

Outro dado que chamou a atenção foi a ausência de informações como: não detalha o espaço físico da Missão, mas deixa perceber que ali há: Igreja, com três porta e vários altares interiores e alguns deles esculpido com entalhes e douramento; uma Casa de Sobrado onde se hospedavam as pessoas mais importantes; uma grande Praça, talvez onde estivessem a Igreja e a Casa de Sobrado; não informa sobre o número de Padres na Missão, mas deixa perceber que há ali no mínimo quatro, são nominados o Superior – Pe Miguel Sanches de Aquino e o Pe Olibério Nogua; não informa sobre o número de pessoas na Missão e nem sobre armas, mas diz que foram recebidos no porto por mais de duas mil pessoas.

Para ressaltar quão amistosa tinha sido a receptividade somos informados pelo narrador que logo no dia seguinte, avisados que foram da chegada dos portugueses à Missão de Santa Cruz de Cajuávas, a

18 Pastells, Pablo; Mateos, Francisco. *História de la Compania de Jesús em la Provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales extractados y anotados, tomo VI (1715-1730), C.S.I.C., Madrid, 1946.

ela acorreram padres de missões vizinhas: da povoação de Sancta Anna, a cavalo, veio o Pe. João Baptista de Bosson; de São Miguel de Moxiquinos, de canoa, veio o Pe Gaspar dos Prados; de São Pedro de Moxos veio o Pe. Nicolau de Vargas. Com todos eles Francisco de Mello Palheta conversou e parece ter trocado informações várias.

Uma das preocupações evidentes são as coletas de dados sobre localizações geográficas: 1) da Missão = 14° e $\frac{1}{2}$ ao Sul; 2) de Santa Cruz de Lacerda (La Sierra) em 17° . Outro conjunto de informações versa sobre as cidades, as autoridades constituídas e estradas: Santa Cruz de Lacerda (La Sierra), tinha por Governador Dom Luis Alvares Gatto; o Bispo Dom Leonardo de Valdima Arcaya, de três em três anos visitava todas as Missões. Quanto aos caminhos dizia que de Santa Cruz de Lacerda (La Sierra) segue estrada para o Reino do Perú, porto de mar, que tem como vice-rei Dom Thomaz de Espejo, e Arcebispo. Dali também se chegava a outras cidades: Lima, Guamanga, Cusco, La-Pás – tais informações teriam sido dadas pelo Pe João Baptista de Bosson.

Recolhe ainda notícias sobre o que se produzia: os canaviais durariam até 60 anos e, onde estavam, de 20 a 30 annos sendo as canas espetaculares para a produção de açúcar; produziam açafraão; cera branca; pannos acolchoados e bordados. A maioria dos índios tinham até 100 bestas para vaquejar de 3 a 4 mil cabeças de gado. Tudo era comerciado com Santa Cruz de La Sierra.

Quanto aos índios ele os classifica como: são curiosos, habilidosos, sabem ler, pintam, tecem, entalham e são músicos - tocam diversos instrumentos como órgão, cravo, clarins e charamellas, harpa e rebeca. São todos de índole muito pacíficos e impressiona-se com o modo como são administrados, procurando explicar como é a divisão de poderes entre eles para organizar o funcionamento da Missão e conclui que todos os índios têm bens e são ricos. Sobre a organização religiosa detalha as estratégias de obediência às doutrinas impostas pelos jesuítas aos índios.

Ao fim de três dias Mello Palheta e seus comandados foram avisados que de acordo com as normas seguidas pela Missão seu tempo de visita naquele Colégio achava-se expirado. Todos se despedem 'amigavelmente', mas os Jesuítas são informados que em virtude de antigos tratados eles não deveriam mais descer além da boca dos rios Mamoré e Itenes (Guaporé). Durante cerca de vinte anos ocorrerá poucas alterações na disputa entre as duas nações européias naquele espaço. Um novo rediscutir e reorganizar sobre a ocupação e a navegação dos rios da bacia do Madeira só ocorreu após a viagem de Manuel Félix de Lima em 1742 que, esperamos, poder discutir em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. A Bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira em 1722-23, segundo um de seus companheiros. **Gazeta Literária**, Rio de Janeiro, 1884, vol. I, pp. 372-376 e 387-391.
- AMADO, Janaina e ANZAI, Leny Caselli (org.). **Anais De Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2006.
- ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Brasília, Universidade de Brasília, 2004 (Tese de Doutorado).
- ALMEIDA, André Ferrand de. **A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém do Pará, 1839.
- CANAVARROS, Otávio; DOURADO, Níleide Souza; MACEDO, Vera Lúcia; MORGADO, Eliane M. O. (orgs.) **Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)**. Cuiabá, EdUFMT / Entrelinhas, 2007.
- CANAVARROS, Otávio. **O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus Objetivos Geopolíticos no Extremo Oeste (1727 – 1752)**. São Paulo, USP – FFLCH, 1998 (tese de doutorado).
- FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil – 1875-1878**. Rio de Janeiro, 1880-1881, 2 volumes.
- LAPA, J. R. do Amaral. **Economia Colonial**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Epasa, 1944.
- MEMÓRIAS para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas. Colligidas e anotadas por Candido Mendes de Almeida, tomo II. Rio de Janeiro, Nova Typografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874.
- PASTELLS, Pablo; MATEOS, Francisco. **História de la Compania de Jesús em la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales extractados y anotados**. Tomo VI (1715-1730), C.S.I.C., Madrid, 1946.
- PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé Abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos**. Cuiabá: Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p. (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 39).
- PEREIRA, João Gonçalves. **Notícias da Situação de Mato Grosso**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. 44 p; (Coleção: Publicações Avulsas, n.º. 22).
- REIS, Arthur César Ferreira Reis. **Paulista na Amazônia e outros ensaios**. Revista do IHGB, volume 175.

REIS, Arthur. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as colônias espanholas**, tomo II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

SILVA, Paulo Pitaluga C. **Dicionário Biográfico Mato-Grossense: período colonial, 1524/1822**. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2005.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro. Rio de Janeiro, 1862, 6 volumes.